

A Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária — proposta de conceptualização e de avaliação

Rogério Roque Amaro

Rogério Roque Amaro
Professor Associado do
Departamento de Economia
Política da Escola de Ciências
Sociais e Humanas do
ISCTE-IUL.
rogerio.amaro@iscte.pt

PALAVRA CHAVE
SUSTENTABILIDADE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ECONOMIA SOLIDÁRIA
MACARONÉSIA

KEY WORD
SUSTAINABILITY
SUSTAINABLE DEVELOPMENT
SOLIDARITY ECONOMY
MACARONESIA

RESUMO

Este artigo resulta de um trabalho de investigação, realizado no âmbito de um Projecto Europeu do Programa MAC, sobre a Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária da Macaronésia, envolvendo os Açores, Cabo Verde e as Canárias, designado por Projecto ECOS.

A partir de um trabalho realizado com organizações das três regiões/país referidas/o, propõe-se uma reformulação do conceito de Sustentabilidade, que dê conta dos factores e das condições de durabilidade e de continuidade das organizações de Economia Solidária e que seja coerente com os seus valores e princípios estratégicos e com um conceito macro de Desenvolvimento Sustentável, que tenha efectivamente em conta as principais ameaças e desafios relativos a uma Vida Digna e com Futuro, nas nossas sociedades e no Planeta. Nesse sentido, propõe-se um conceito de Desenvolvimento Sustentável com oito dimensões, que é compatível com as (mesmas) dimensões da Sustentabilidade, referidas pelas organizações auscultadas, falando-se então de uma Sustentabilidade Integrada, e com as componentes ou projectos do conceito de Economia Solidária da Macaronésia. De seguida, propõem-se algumas hipóteses de indicadores de avaliação dessa Sustentabilidade Integrada, que poderão ser úteis para um modelo de gestão alternativa da Economia Solidária.

ABSTRACT

This article is the result of a research project (ECOS Project) carried out as part of a European Project of the MAC Program on the Sustainability of Solidarity Economy organizations in Macaronesia, involving the Azores region, Cape Verde and the Canary Islands. Based on the work developed with organizations from the three regions/ country, it consists of a proposal to reformulate the concept of Sustainability, which accounts for the factors and conditions of sustainability and continuity of Solidarity Economy organizations. This reformulation seeks to be coherent with the values and strategic principles of Solidarity Economy and with a macro concept of Sustainable Development, that effectively takes into account the main threats and challenges related to a Dignified and Future Life for our societies and our Planet. In this sense, we propose a concept of Sustainable Development with eight dimensions, which is compatible with the corresponding dimensions of Sustainability referred to by the field organizations, thus promoting an Integrated Sustainability framework, formed by components or projects of the concept of Solidarity Economy practised in Macaronesia. A few possible indicators for evaluating the Integrated Sustainability are then proposed, which may be useful for an alternative management model of Solidarity Economy.

1. Introdução

A questão da «sustentabilidade» de qualquer organização, a bem dizer de qualquer entidade ou ser vivo, é uma das suas maiores preocupações, porque toca na sua sobrevivência, ou seja, na sua continuidade como forma de Vida.

Há, contudo, uma contradição considerável que acompanha, muito frequentemente, a colocação e a abordagem desta preocupação.

Quando se fala de «Sustentabilidade» a nível global, macro, ou seja da sociedade em geral, da Humanidade, ou mesmo de um país, toma-se como referência o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que, normalmente, é entendido numa perspectiva multidimensional, considerando, pelo menos, três dimensões articuladas entre si: económica (crescimento), social (coesão) e ambiental (protecção ou preservação)¹.

No entanto, quando a questão é a da «sustentabilidade» de uma organização, a nível micro, portanto, o que se quer, normalmente, dizer é a possibilidade de se ter os meios financeiros e as soluções económicas para poder manter-se em actividade, ou seja, é só da dimensão e da viabilidade económico-financeira que se está a falar².

Não há assim uma coerência entre o conceito de inspiração (Desenvolvimento Sustentável) e a sua aplicação à vida de uma organização.

Esta contradição explica-se e entende-se porque o tipo de sociedade e de civilização, que se impôs no Mundo inteiro desde o início da Modernidade (ou seja, desde que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa criaram e abriram as possibilidades e a desejabilidade do crescimento económico e a afirmação e a dominação do Antropocentrismo, a partir dos finais do século XVIII, na Europa), sempre colocou a dimensão económica no centro dos seus valores e dos seus factores explicativos e determinantes, dela fazendo depender todas as outras. Daí que a componente económica-financeira da «sustentabilidade» das organizações

surja como a mais importante e decisiva, ou mesmo como a única que verdadeiramente interessa.

Mas... será mesmo assim? E, no futuro, deverá ser assim, quando há preocupações crescentes com a Sustentabilidade dos nossos modelos de sociedade e dos nossos modos de vida, ou, mais importante ainda, da própria Vida? E deverá/poderá a Sustentabilidade macro ser separável da Sustentabilidade micro?

Mais especificamente ainda: a questão da Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária, não terá exigências e condicionantes próprias, atendendo às características e à identidade distintivas destas Organizações?

Este era um dos objectivos do Projecto ECOS³, de que este artigo recolhe os ensinamentos e as propostas, dando conta dos resultados e das conclusões que o mesmo permitiu.

Para isso, esclarecer-se-à primeiro (no ponto um) o que se entendeu no Projecto, por Sustentabilidade, e mais especificamente, qual a proposta inovadora que nele se tomou como referência.

De seguida (no ponto dois), sublinhar-se-à o conceito próprio de Economia Solidária que emergiu nos vários projectos da Macaronésia, a partir da experiência desenvolvida na Região Autónoma dos Açores, nos finais dos anos 80/princípios de 90 do século passado. Desse conceito resultam características e especificidades próprias das Organizações de Economia Solidária (OES) com que se trabalhou e que se visaram no Projecto e que se têm em conta neste artigo.

Num terceiro ponto, dar-se-à conta da metodologia adoptada e de como as OES, envolvidas no Projecto ECOS, vêem a sua própria Sustentabilidade, já comprovada (para as que já existem há vários anos, nalguns casos 20-30 anos) ou em construção (para o futuro).

No último ponto (quarto), apresentar-se-à uma proposta de Indicadores de Sustentabilidade Integrada (ISI), resultante do Projecto.

2. O que se entende por Sustentabilidade

Nos anos 50 e 60 (do século passado), o adjetivo «sustentado» era frequentemente usado, pelos economistas do Desenvolvimento, associado ao crescimento económico («sustained growth»), significando o processo «virtuoso» de crescimento económico continuado, assente numa causalidade positiva e duradoira entre investimento (em capital fixo), produtividade (do capital e do trabalho), aumento da produção e poupança⁴.

Nesse sentido, o crescimento económico sustentado seria o pilar de um Desenvolvimento duradouro e com efeitos prolongados no bem-estar dos países e das suas populações.

Contudo, nos anos 70, em particular a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, a primeira em que a ONU se propôs abordar a relação entre Desenvolvimento e Meio Ambiente, e do Relatório do Clube de Roma, publicado, também em 1972, sob o título de «Limits to Growth», começou a ficar claro que o crescimento económico (supostamente «sustentado», do ponto de vista técnico e... económico) era insustentável, designadamente aos ritmos anuais de 3%, 6%, ou mesmo 9%, a que tinha evoluído nos «anos dourados» do crescimento económico do pós-guerra⁵.

Esta suspeita ou mesmo afirmação de insustentabilidade radicava na finitude dos recursos naturais (principalmente, nesta fase, dos não renováveis e, portanto, limitados, à cabeça dos quais se destacava o petróleo, simbólica e literalmente o combustível, intensivamente utilizado, daquele processo), sobre os quais o «crescimento económico sustentado» (e, por isso, contínuo, prolongado e intensivo) exercia uma pressão... insustentável.

Estavam lançadas as bases e as condições para o trabalho, entre outros, da Comissão Brundtland, constituída, no âmbito da ONU e da sua Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento⁶, na sequência das novas preocupações e desafios resultantes da Conferência de Estocolmo.

Em 1987, foi publicado o Relatório Brundtland, como resultado dos trabalhos daquela Comissão, sob o título de «O Nosso Futuro Comum» onde, para além de um diagnóstico dos (graves) problemas ambientais provocados pelo modelo de Desenvolvimento economicista, até aí preponderante, no Mundo (e baseado no «crescimento económico sustentado»), se propunha a adopção de um novo conceito (alternativo), designado por «Desenvolvimento Sustentável»⁷.

Na sua formulação mais simples e conhecida, era definido como «o processo de satisfação das necessidades das gerações actuais, sem pôr em causa a satisfação das necessidades das gerações futuras»⁸, enfatizando a solidariedade inter-geracional na gestão dos recursos naturais e na definição dos objectivos de Desenvolvimento.

A Sustentabilidade deixava de ser uma questão essencialmente técnico-económica para ganhar uma perspectiva predominantemente ambiental, deixando implícita (ou mesmo explícita) uma crítica ao carácter economicista do conceito e das práticas de Desenvolvimento, adoptadas até aí.

A primeira grande Cimeira (mundial) da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (em comemoração do ponto de viragem, neste domínio, que representou a Conferência de Estocolmo, vinte anos antes), foi o palco privilegiado para a divulgação e a mediatização do novo conceito. A Agenda XXI, um dos seus principais documentos de referência, tornou-se um dos quadros orientadores (para o século XXI), que lhe deu eco.

A evolução posterior do conceito de Desenvolvimento Sustentável confirmou a sua notoriedade e aceitação, culminando na sua reformulação e actualização, a partir da Cimeira da Terra de Joanesburgo (realizada em 2002, ou seja dez anos depois da Eco-1992 do Rio de Janeiro).

Passou então a ser definido (como actualmente, na sua formulação oficial) como o processo que procura compatibilizar⁹:

- Crescimento económico;
- Coesão social e
- Protecção (ou preservação) ambiental

Esta abordagem tri-dimensional explícita significou acrescentar, à preocupação ambiental, dominante, de certa forma, na versão inicial, o desafio e o objectivo da Coesão, da Justiça e da Equidade social, mas também «resgatar» o crescimento económico, tão interrogado na primeira definição¹⁰.

Esta formulação do conceito, acompanhada pela sua apropriação pelos discursos e estratégias empresariais, teve, como uma das suas consequências, o frequente desvirtuamento das intenções e da sua filosofia original, tal como foi concebida e praticada pelos grupos e associações de defesa do ambiente e pelos primeiros autores, que procuraram discutir e definir esse e outros conceitos congêneres (como o de Ecodesenvolvimento)¹¹.

De facto, são vários os exemplos e as expressões da sua subordinação ao crescimento económico e ao primeiro P («Profit»)¹², o que tem levado alguns autores, nomeadamente os que se situam no que se tem designado por «corrente do pós-desenvolvimento», a argumentar que se trata de uma «boa intenção», que foi recuperada e subvertida pelos interesses do modelo de desenvolvimento (economicista) dominante, pelo que o conceito, tal como aliás o próprio termo «desenvolvimento», deve ser abandonado, passando-se a uma «nova era de pós-desenvolvimento»¹³.

Contudo, face, por um lado, às esperanças, expectativas e movimentos que o conceito mobilizou e congregou, às lutas de terreno que estiveram na sua origem, nas margens dos sistemas dominantes (capitalismo e socialismo de partido único e de direcção central), tanto nos países do Norte, como nos do Sul, às mensagens que ainda simboliza e, por outro, à amplitude e complexidade dos problemas, ameaças e desafios que se apresentam no início do século XXI:

- Ainda é possível defender este conceito, na sua designação;
- Desde que se clarifique o seu conteúdo e se combata o seu «abastardamento».

Neste quadro, a formulação actual é insuficiente e contém equívocos¹⁴, tornando-se incapaz de dar conta das condicionantes que pesam sobre o futuro da Vida no Planeta.

Daí ter-se proposto, no Projecto ECOS, uma definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável e, por consequência, de Sustentabilidade, que integre e articule sete (e depois oito) dimensões, mantendo apenas uma, na sua designação, alterando duas e acrescentando quatro (e depois mais uma) novas dimensões¹⁵:

- **Segurança Económica**, que parece mais adequada às questões que actualmente se colocam, a nível económico, se incluir os temas da Soberania e Segurança Alimentar, da Segurança de Emprego Digno, da Distribuição Equitativa de Rendimentos, do Rendimento (de Cidadania) Básico Incondicional, do Consumo Responsável Suficiente, das Energias Renováveis e dos Orçamentos Responsáveis não fundamentalistas, mais do que o simples crescimento económico;
- **Coesão Social**, no sentido da promoção da Igualdade de Oportunidades e, sobretudo, da Equidade, em todas as perspectivas, incluindo, como enfoque particular, a de Género;
- **Preservação e Valorização Ambiental ou Segurança Ambiental (Sustentabilidade Forte)**, que é mais exigente e ousada do que simples «Protecção e Preservação Ambiental» (Sustentabilidade Fraca);
- **Valorização da Diversidade Cultural**, implicando o respeito pela riqueza dessa diversidade e a promoção do Diálogo Intercultural;
- **Coesão Territorial**, no sentido de explicitar e valorizar os problemas e desafios resultantes da fragmentação e destruição territorial, nas regiões rurais, nas cidades e nas

periferias urbanas e nos territórios ribeirinhos, costeiros e insulares, ameaçados pela subida do nível dos mares, provocadas pelas alterações climáticas, tudo em consequência do modelo de Desenvolvimento economicista;

- **Aprendizagem Permanente e Capacidade Crítica**, explicitando a importância da dimensão «Conhecimento» e da sua valorização, enquanto Literacia para a Sustentabilidade, como pilar de interpretação e de construção de um Futuro viável, ou seja, sustentável;
- **Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial**, sublinhando a importância decisiva da dimensão política da Sustentabilidade e, portanto, das possibilidades da sua aplicação e regulação, como provam («a contrario sensu») os fracassos na concretização das boas intenções, neste domínio, proclamadas no Rio – 1992, em Joanesburgo – 2002, no Rio – 2012 ou, por exemplo, nas cimeiras e conferências sobre as alterações climáticas, por ausência de força política.

A estas sete dimensões, propostas e «ratificadas» no âmbito do Projecto ECOS, deve-se acrescentar uma oitava dimensão, resultante das reflexões e sugestões suscitadas pelo trabalho realizado com as OES das Regiões Autónomas dos Açores e das Canárias e da República de Cabo Verde:

- **Nova Ética assumida**, em que os valores da Solidariedade (Ecocêntrica e não meramente Antropocêntrica), da Equidade, da Democracia, da Transparência, da Resiliência Cooperativa e da própria Sustentabilidade¹⁶, entre outros, são fundamentais, com consequências decisivas nas dinâmicas de Participação, de Parceria e de Integração que o conceito exige.

Esta nova formulação, que se pode designar por **Sustentabilidade Integrada** (SI) ou Sistémica, parece muito mais adequada aos desafios da continuidade da Vida e da viabilidade do Futuro no Planeta e nas sociedades contemporâneas, ou seja, para uma **Vida Digna com Futuro**.

Até que ponto, contudo, é compatível com a Sustentabilidade micro, das organizações, em particular das OES?¹⁷

Não parece lógico nem coerente desarticular e separar as preocupações com a Sustentabilidade macro (da sociedade, do Planeta) com a micro (das organizações), podendo perguntar-se se será possível abordar esta última sem lhe incorporar os contributos que ela deve dar para a primeira. De outra maneira: poderá uma organização ser sustentável sem ter em conta a Sustentabilidade da sociedade, do Mundo e do Planeta onde se insere e para a qual deve contribuir? A médio e longo prazo, poderá uma organização ser sustentável num contexto insustentável?¹⁸

Este foi um dos pontos de partida da abordagem realizada no Projecto ECOS e do trabalho desenvolvido com as OES da Macaronésia, cujos resultados se apresentam nos pontos 4 e 5.

Mas antes, convém lembrar as especificidades das OES, que resultam do conceito de Economia Solidária, que serve de referência àquelas organizações e ao Projecto, e que se abordará a seguir.

3. Quais as especificidades de uma Organização de Economia Solidária

A partir da experiência pioneira da Região Autónoma dos Açores, iniciada nos finais dos anos 80 do século passado e culminada com a criação das duas primeiras organizações explícitas de **Economia Solidária**, a Associação «Aurora Social», em 1994, e a «KAIRÓS – Cooperativa de Incubação de Economia Solidária, CRL», em 1995, e, mais tarde, em 2000, com a constituição de uma Rede (como Cooperativa de segundo grau), a CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária dos Açores, CRL, reunindo actualmente 22 organizações de Economia Solidária associadas, foi possível praticar e propor um novo conceito de Economia.

Posteriormente, com o alargamento da reflexão a entidades e organizações da Macaronésia, incluindo portanto

as Regiões Autónomas das Canárias e da Madeira e a República de Cabo Verde, no âmbito de vários projectos, financiados pelo Programa Comunitário INTERREG (com os Projectos CORES, GESFUNDO, CEESA e ESCALA, que antecederam e inspiraram o Projecto ECOS), foi possível definir, com a contribuição de muitos (actores, técnicos das OES e da Administração Pública e académicos), o conceito de Economia Solidária, apropriado à realidade específica da Macaronésia¹⁹.

Trata-se de uma proposta (vivida, experimentada e reflectida) de uma prática e de um conceito de Economia Alternativa, centrada em:

- **Valor de uso**, mais do que no valor de troca;
- **Solidariedade Sistémica** (incluindo todos os seres vivos e todas as dimensões da Vida) e não na Competição;
- **Visão multidimensional e substantiva do processo económico** e não numa visão economicista, desenraizada da sociedade e dos ecossistemas;
- **Perspectiva Ecocêntrica** e não meramente Antropocêntrica, como tem predominado nos últimos cerca de 200 anos.

É uma proposta de **Economia** compatível e **Solidária** com a Vida, em todas as suas dimensões, respeitando-a, salvaguardando-a e valorizando-a, contra as destruições e as menorizações a que tem estado sujeita, por parte das formas económicas (de mercado e do Estado) predominantes.

Na formulação mais recente²⁰, define-se como a articulação e conjugação de oito dimensões ou projectos:

- 1—Um **projecto económico plural**, centrado no princípio da **Reciprocidade**;
- 2—Um **projecto social emancipatório**, estimulando processos de «empowerment» e não lógicas assistencialistas;
- 3—Um **projecto cultural de respeito pela diversidade** e de promoção de **diálogos interculturais**;
- 4—Um **projecto ambiental ecocentrado**, que valorize uma nova relação com a OIKOS;

- 5—Um **projecto territorial** de apoio ao **Desenvolvimento Local** das comunidades onde se situa;
- 6—Um **projecto cognitivo**, de **Conhecimento de base indutiva** e uma **Aprendizagem Permanente**, que continue a alimentar a reflexão e a renovação do conceito e a correcção das práticas;
- 7—Um **projecto político democrático**, que enquadre uma lógica de Democracia Interna (auto-gestão), que estimule a Democracia Participativa no espaço público (comunidade) envolvente e que seja a base de uma co-responsabilização numa Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial, com os actores do Estado (aos níveis mundial, europeu, nacional e local) e com as empresas de mercado;
- 8—Um **projecto de gestão inovador e alternativo**, que não esteja dependente da «importação» de conceitos e instrumentos provenientes da «gestão empresarial clássica», mas que os crie e experimente.

É este o conceito que vem servindo de referência aos projectos e às OES da Macaronésia.

Torna-se evidente o seu carácter **sistémico, integrado e ecocêntrico**, mais abrangente, exigente e qualificado do que as formulações que existem, sobretudo na Europa e na América Latina e do Norte, com a mesma designação, apesar dos importantes pontos em comum, designadamente quanto aos seus valores e princípios essenciais.

Fica também clara a sua sinergia e grande proximidade com os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade, propostos, de forma inovadora e mais ampla, no ponto anterior.

Pode-se, por isso, dizer que esta proposta conceptual e prática torna as OES mais aptas e vocacionadas para o Desenvolvimento Sustentável e, portanto, para a Sustentabilidade da Vida. A Economia Solidária surge assim como

a mais fecunda do ponto de vista dos desafios do Futuro e de Sustentabilidade.

Daqui também resultam características e exigências mais acentuadas e desafiantes para as OES e a sua Sustentabilidade.

Refira-se, por último, que, embora não estando explicitados, este conceito pressupõe e exige a «presença» de valores e princípios éticos, ligados à Solidariedade, à Cooperação, à Equidade, à Democracia e à Transparência, entre outros, que são transversais e omnipresentes naquelas oito dimensões.

Neste sentido, pode assumir-se, neste artigo:

9—Um nono projecto do conceito de Economia Solidária da Macaronésia, o projecto ético.

4. Como é que as Organizações de Economia Solidária da Macaronésia vêm a sua Sustentabilidade

O processo de construção do conceito de Economia Solidária da Macaronésia foi, como se referiu, essencialmente de base indutiva, segundo uma lógica de reflexão e sistematização partilhada e de aperfeiçoamento progressivo, seguindo de perto os parâmetros de uma metodologia de Investigação-Ação.

Também, por isso, foi fundamental, no Projecto ECOS, aferir o (novo) conceito de Sustentabilidade proposto e, sobretudo, construir os Indicadores de Sustentabilidade Integrada, com a colaboração activa das OES da Macaronésia.

Como a Região Autónoma da Madeira, embora tendo iniciado o Projecto, não o acompanhou até ao fim, por razões políticas e institucionais internas, o trabalho confinou-se aos outros três territórios do seguinte modo:

a/ Realização de um inquérito a dez OES das Canárias, no âmbito das operações de Diagnóstico das Entidades de Economia Solidária, procurando aferir da sua sensibilidade e opinião sobre os Indicadores de Sustentabilidade Integrada, propostos em documento de trabalho anterior do Projecto ECOS²¹;

b/ Realização de uma metodologia de Grupos Focais com 12 OES dos Açores (dois dias) e 10 + 12 de Cabo Verde (2 grupos – 2 dias), para uma discussão e reflexão partilhada, livre e aberta, a partir de uma questão principal: Como e porquê sobreviveram até agora?²²

A partir dos dados, muito ricos, recolhidos desta forma, podem-se enunciar as seguintes conclusões principais:

A reflexão das OES sobre Duração/Continuidade/Sobrevivência/Sustentabilidade é, em geral, muito informada e fundamentada, ou seja, é um tema que merece a atenção e o cuidado destas organizações;

Valoriza-se, em geral, uma perspectiva integrada da Continuidade/Sobrevivência/Sustentabilidade;

Teve-se efectivamente em conta as componentes não meramente económico-financeiras da Sustentabilidade, não sendo estas amiúde priorizadas, o que não deixou de ser surpreendente;

Reconheceu-se ou propôs-se, implícita ou explicitamente, o conceito de Segurança Económica, assumindo-o como mais amplo do que Viabilidade Económico-Financeira, dado que, para além dos apoios contratualizados com o Estado, das receitas obtidas com a venda de bens e serviços no mercado e das contribuições e quotas dos membros (componentes monetárias), se valorizou também, nesta dimensão, o trabalho voluntário e a partilha e troca de serviços e equipamentos (componentes não monetárias e não mercantis, obedecendo aos princípios da reciprocidade e da dádiva);

Enfatizou-se, em particular as seguintes dimensões:

Políticas, valorizando a participação dos associados e dos colaboradores das OES, a participação da comunidade, a gestão transparente, a existência de boas relações com o Estado e o papel das parcerias;

Cognitivas (Conhecimento e Aprendizagem), na medida em que se sublinhou a importância, para a Sustentabilidade, da aprendizagem permanente, da formação e qualificação dos colaboradores e dos dirigentes, a análise crítica do contexto, a inovação e a criatividade;

Sociais, sublinhando a relevância do adequado cumprimento da missão social, a existência de «boas práticas» sociais (internas e externas), a promoção da Igualdade de Género, a estabilidade dos empregos, as práticas de inclusão social;

Territoriais, chamando a atenção para o contributo que factores como um forte vínculo à comunidade local, a promoção de respostas às necessidades básicas locais, o apoio ao Desenvolvimento Local e o enraizamento na cultura local podem ter para a Sustentabilidade das OES.

Deu-se menos importância (espontânea) às dimensões culturais e ambientais, embora, depois, quando «lembradas», foram reconhecidas como relevantes para a Sustentabilidade;

Acrescentou-se claramente uma **dimensão ética** à Sustentabilidade, sublinhando o papel, decisivo muitas vezes, de valores como a «União», a «Fidelidade à Visão e à Missão», a «Transparência», a «Honestidade», a «Crença», a «Persistência», a «Solidariedade» e a «Cooperação», como cimento para a sobrevivência e a durabilidade da organização.

Este exercício e estas conclusões permitiram confirmar a pertinência e utilidade de uma Abordagem Integrada e Sistémica da Sustentabilidade, tendo como base as sete

dimensões inicialmente propostas, e acrescentar-lhe uma oitava (a **dimensão ética**), como resultado das sugestões deixadas pelas OES.

5. Proposta de Indicadores de Sustentabilidade Integrada

Na sequência do ponto anterior, procurou-se, no Projecto ECOS, construir e experimentar (um) Indicador (es) de Sustentabilidade Integrada (ISI), que fosse(m) inovador(es), adequado(s) às características e necessidades das OES, útil(eis) e prático(s).

Tendo em conta a experiência e as experimentações das OES envolvidas no Projecto, chegou-se à proposta de três cenários de ISI, que devem ser assumidos como provisórios e objecto de mais tempo e de mais amplitude (maior número de organizações) de aferição, antes de serem claramente validados (pelo menos um deles).

Dada a natureza da inovação que se propõe, entrando em ruptura com a lógica predominantemente economicista das sociedades actuais e dos seus critérios de avaliação, inclusive da Sustentabilidade das organizações, considera-se ser necessário reforçar a sua fundamentação e a validação dos seus resultados.

Os três cenários, como se verá a seguir, não são, a bem dizer, alternativos, antes propõem abordagens de avaliação complementares, sempre visando a Sustentabilidade Integrada, pelo que podem e devem ser mobilizados nessa perspectiva e de forma consecutiva. É essa a experimentação que é necessário aprofundar.

Os três cenários de ISI são os seguintes:

a/Um Índice Sintético de Sustentabilidade Integrada (ISSI), de natureza quantitativa, construído com uma metodologia similar ao IDH—Índice de Desenvolvimento Humano²³, a partir de valor percentuais relativos a sete dimensões: económica, social, cultural, ambiental, territorial, cognitiva e política.

O ISSI poderá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ISSI} = \frac{\text{ISE} + \text{ICS} + \text{IPVA} + \text{IDC} + \text{ICT} + \text{IAP} + \text{IGP}}{7}$$

em que:

ISE – Índice de Segurança Económica

ICS – Índice de Coesão Social

IPVA – Índice de Preservação e Valorização Ambiental

IDC – Índice de Diversidade Cultural

ICT – Índice de Coesão Territorial

IAP – Índice de Aprendizagem Permanente

IGP – Índice de Governança Partilhada

Cada Índice poderá variar entre 0 e 1, com valores arredondados às centésimas (ou entre 0 e 100), o mesmo acontecendo com o ISSI, tendo a Sustentabilidade máxima o valor 1 (ou 100) e a mínima o valor 0 (nula).

Por seu turno, cada Índice será composto por vários indicadores em percentagem, como sugerido em AMARO (2011: 170-171), mas a sua concretização necessita ainda de ser apurada, a partir de uma experimentação mais aprofundada e continuada das OES.

Tem a vantagem da similitude com o IDH e, para alguns, da quantificação.

Em resultado das propostas surgidas no trabalho com as OES, sobretudo dos Açores e Cabo Verde, seria interessante tentar acrescentar um novo Índice, relativo à dimensão ética do conceito, que se pode designar por IPE – Índice de Princípios Éticos, onde se contemplem indicadores da taxa ou da intensidade de incorporação nas actividades da organização e de cumprimento de valores e princípios éticos, cuja concretização necessita de ser testada.

b/ Uma lista de certas condições de Sustentabilidade Integrada, cobrindo as oito dimensões do conceito proposto, o que permitirá a sua verificação, através de um sistema de respostas simplesmente binário (resposta positiva = 1 ponto; resposta negativa = 0 pontos).

Como se enunciam cinco condições por cada dimensão, de acordo com os resultados do trabalho com as OES dos Açores, Canárias e Cabo Verde, a sua leitura é de verificação ou não de cada uma delas, não as qualificando nem quantificando.

A contagem dos pontos alcançados por cada organização, num máximo de 5 condições x 8 dimensões = 40 pontos, permitirá situá-la em patamares de Sustentabilidade Integrada, o que constituirá, de modo simples, um ISI (Indicador de Sustentabilidade Integrada):

X = 0	Sustentabilidade nula
0 < X ≤ 14	Sustentabilidade fraca
15 ≤ X ≤ 26	Sustentabilidade média
27 ≤ X ≤ 32	Sustentabilidade forte
33 ≤ X ≤ 40	Sustentabilidade muito forte

Trata-se de um Indicador simples, com limitações, mas que foi o escolhido pelas OES para primeiro exercício de avaliação durante o Projecto, exactamente por ser simples, compreensível e de fácil (e pouco demorada) aplicação.

Permitirá, conforme foi argumentado, iniciar, de forma acessível, a transição para um novo conceito de Sustentabilidade e de avaliação das OES, em ruptura com as lógicas dominantes, antes de se passar para os outros dois Indicadores, mais sofisticados e complexos.

Como foi o Indicador escolhido para experimentação, será detalhado no final.

c/Um processo, essencialmente qualitativo, de auto-avaliação da Sustentabilidade Integrada, abarcando as oito dimensões do conceito, a realizar de forma participada e em parceria.

Analisando as várias componentes de cada dimensão²⁴, procede-se a um exercício partilhado (colectivo) de avaliação fundamentada, atribuindo-se a cada dimensão, um valor da seguinte escala:

- 0 nulo**
- 1 pouco**
- 2 suficiente**
- 3 bom**
- 4 excelente**

De posse de um grau ou nível atribuído (por consenso, por maioria ou por média) a cada dimensão, calcula-se o nível médio de Sustentabilidade Integrada, através de um cálculo de média aritmética simples (e, portanto, caindo dentro da mesma escala), o que permite dispor de um ISI, construído por auto-avaliação em painel.

Este cenário implica um exercício mais demorado e menos linear e directo, mas também mais reflexivo e potencialmente gerador de conhecimento novo e de uma lógica de Investigação-Acção, de forma participativa e em parceria.

Por ser mais exigente e implicar uma formação específica e um acompanhamento mais intenso, continuará a ser experimentado na sequência do Projecto, pelas Redes de Economia Solidária (ou equivalentes) de cada um dos territórios.

Entretanto, a aplicação do Cenário 2 (alínea b) permitiu já identificar e propor, a título experimental e, portanto, não definitivo, cinco condições de Sustentabilidade para cada uma das dimensões:

1—Segurança Económica²⁵

- Vendas no mercado
- Quotas dos membros
- Trabalho voluntário
- Outras receitas próprias permanentes
- Contratualização com o Estado

2—Coesão Social

- Trabalhadores efectivos
- Inserção de pessoas excluídas
(em situação de pobreza e/ou exclusão social)
- Respostas às necessidades básicas das pessoas sem poder de compra
- Respeito pela Igualdade de Género
(condições salariais e de trabalho)
- Missão social publicamente reconhecida

3—Preservação e Valorização Ambiental

- Utilização de energias renováveis
- Utilização de matérias-primas biológicas
- Reciclagem de materiais
- Separação de resíduos e lixos
- Estratégias de poupança de recursos
(energia e água)

4—Valorização da Diversidade Cultural

- Composição multicultural dos membros da organização
- Inserção e/ou trabalho com minorias étnicas
- Promoção de formas de diálogos interculturais
- Promoção de património e outras formas de cultura local
- Outras actividades de valorização cultural

5—Coesão Territorial

- Contratação de trabalhadores da comunidade
- Resposta às necessidades básicas da comunidade
- Relações privilegiadas com a economia local

- Ações de apoio à empregabilidade e à iniciativa empresarial e empreendedorismo local
- Valorização de parcerias locais

6—Aprendizagem permanente e Capacidade Crítica

- Ações de capacitação e qualificação dos seus membros (pelo menos uma vez por ano)
- Apoio à qualificação académica (escolarização) dos membros
- Ações de capacitação e qualificação dos dirigentes (pelo menos uma vez por ano)
- Estímulo à criatividade e à inovação dos membros da organização
- Apoio ou programas de qualificação académica (escolarização) da comunidade

7—Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial

- Rotatividade dos membros da Direção
- Assembleias Gerais participadas e activas
- Mecanismos de auto-gestão na organização
- Estímulo à Democracia Participativa na comunidade
- Experiências de Governança Partilhada local ou, pelo menos, de parcerias locais

8—Nova Ética

- Missão e Visão claras e assumidas pelos membros e colaboradores da organização
- Clima de União no seio da organização
- Incentivo e promoção de dinâmicas de Solidariedade
- Gestão Transparente e com Honestidade
- Capacidade de Resiliência e de Persistência

A experimentação deste Indicador já permitiu alguns resultados interessantes, nomeadamente o de identificar quais as dimensões mais fortes e mais fracas da Sustentabilidade de cada organização, o que pode ser muito útil, para as estratégias direccionadas para o seu reforço. Mas é um trabalho que vai prosseguir, permitindo aperfeiçoá-lo e avançar para a aplicação dos outros dois cenários.

NOTAS

¹ Cf., por exemplo: WCED, 1987, *O Nosso Futuro Comum*. Meribérica, Lisboa; UNITED NATIONS, 2002, *Johannesburg Declaration on Sustainable Development*. United Nations Conference on Sustainable Development, Johannesburg, South Africa, 26 August–4 September 2002; UNITED NATIONS, 2012, *The Future We Want*. Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development, Rio de Janeiro, Brazil, 20–22 June 2012.

² Cf., por exemplo: Carla FERNANDES, 2016, *A Sustentabilidade das Organizações de Economia Social: o Estudo de Caso da Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora*. Lisboa, dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE-IU; Joana GUEDES, 2016, *A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas*. Lisboa, tese de Doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE-IUL.

³ O Projecto ECOS foi desenvolvido, entre princípios de 2011 e final de 2013, no âmbito do Programa europeu MAC, envolvendo as regiões europeias da Macaronésia (neste caso as Regiões Autónomas dos Açores e das Canárias, estando inicialmente prevista também a da Madeira, mas que acabou por não entrar) mais um país terceiro do mesmo conjunto geológico e geográfico (Cabo Verde), e tinha como objectivo identificar, caracterizar e trabalhar os factores de Sustentabilidade das suas Organizações de Economia Solidária.

⁴ É este o sentido do «crescimento económico sustentado» explícito ou implícito, por exemplo, nos modelos de crescimento económico de Harrod, Domar, Kaldor, Mahalanobis e Solow, entre outros. Cf., por exemplo: Rogério Roque AMARO, 2003, «Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria», *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 4, Janeiro-Julho. Lisboa, CEA – ISCTE, pp. 35-70, ver págs. 47-48; e Mário MURTEIRA, 1990, *Lições de Economia Política de Desenvolvimento*. Lisboa, Editorial Presença.

⁵ Cf. , entre outros: AMARO (2003: 53-54) e Donella MEADOWS, Dennis MEADOWS et al., 1972, *Os Limites do Crescimento*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

⁶ CMAD, na sigla Portuguesa, WCED («World Commission for Environment and Development»), na sigla inglesa.

⁷ A expressão «Desenvolvimento Sustentável» foi utilizada pela primeira vez, em 1980, num relatório da União Internacional para a Conservação da Natureza, intitulado «A Estratégia Global para a conservação».

⁸ Cf., por exemplo, WCED (1987) e AMARO (2003: 56)

⁹ Cf.: UNITED NATIONS, 2002, *Johannesburg Declaration on Sustainable Development – United Nations Conference on Sustainable Development*. Johannesburg, South Africa, 26 August–4 September 2002 e UNITED NATIONS, 2012, *The Future We Want – Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development*. Rio de Janeiro, Brazil, 20–22 June 2012. E ainda AMARO (2003: 56).

¹⁰ A esta «recuperação» não deve ter sido alheia a presença de empresas multinacionais na Conferência de Joanesburgo, e a aparente endogeneização, nalgumas estratégias empresariais, ou, pelo menos, ao nível dos discursos, de preocupações de «Responsabilidade Social». Foi nesta lógica que surgiram a chamada estratégia «triple bottom-line», referindo-se aos «três Ps» da Sustentabilidade – P, de Profit, P, de People e P, de Planet – , bem como os chamados «Relatórios de Sustentabilidade» das empresas, a «publicidade verde», a «economia verde»...

¹¹ Cf., por exemplo: Ignacy SACHS, 2002, *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond; Ignacy SACHS, 2004, *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, Garamond; e Anne EGELSTON, 2013, *Sustainable Development: a History*. Heidelberg, New York and London, Springer. O conceito de Ecodesenvolvimento foi primeiro proposto, em 1974, por Maurice Strong, secretário da Conferência de Estocolmo, na sequência desta, sendo depois discutido e aprofundado por Ignacy Sachs. Cf. Ignacy SACHS, 1980, *Stratégies de l'éco-développement*. Paris, Éd. Économie et Humanisme – Éditions ouvrières.

¹² Tal como, na «política dos três Rs», a preferência pelo terceiro R – Reciclagem de materiais, em detrimento do segundo – Reutilização de produtos e, sobretudo, do primeiro – Redução de consumos, verdadeiramente o mais importante, decisivo e transformador, ilustra esta perversão e distorção da filosofia e ideia original e revolucionária, que têm predominado nestas tentativas de mudança de paradigma de Desenvolvimento e de modos de vida.

¹³ Cf., entre outros: Gustavo ESTEVA, 1992, «Development», em Wolfgang SACHS (Ed.) *The development dictionary*. London and New Jersey, Zed Books Ltd., pp. 6-25; Serge LATOUCHE, 2003, «L'impoture du développement durable ou les habits neufs du développement», *Mondes en Développement*, Vol.31-2003/1, n.º121, pp. 23-30; Gilbert RIST, 2008, *The history of development – from Western origins to global faith*, London and New York, Zed Books Ltd.; Wolfgang SACHS, 1990, «The Political Anatomy of Sustainable Development», *Interculture*, Vol. XXIII, N.4, Fall 1990, Issue 109, pp. 1-37; Wolfgang SACHS, 1992, «Environment», em Wolfgang SACHS (Ed.), 1992, *The development dictionary*. London and New Jersey, Zed Books Ltd., pp. 1-5; 26-37; Wolfgang SACHS, 1996, «The Political Anatomy of Sustainable Development», *Interculture*, Vol. XXIX, N.1, Winter 1996, Issue 130, pp. 14-35; Wolfgang SACHS, 1999, *Planet dialectics: Explorations in Environment and Development*. London, Zed Books Ltd.

¹⁴ Cf., por exemplo: John BLEWITT, 2008, *Understanding sustainable development*. London, Earthscan; David PEARCE and Giles ATKINSON, 1998, «The concept of Sustainable Development: an evaluation of its usefulness ten years after Brundtland», CSERGE Working Paper PA 98-02; e Francke-Dominique VIVIEN, 2008, «Sustainable Development: an overview of economic proposals», *S.A.P.I.E.N.S* [Online], Vol. 1, N. 2 (2008), Acedido a 07 Julho 2016, <http://sapiens.revues.org/227>.

¹⁵ Veja-se também Rogério Roque AMARO, 2011, «Projecto ECOS – Proposta de um referencial conceptual e metodológico para a construção de um Indicador de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária», *Revista de Economia Solidária*, n.º 3. Ponta Delgada, ACEESA, Junho, pp. 156-171, sobretudo págs. 163-165. Para algumas sugestões e dimensões de análise, ver por exemplo: SACHS (2004: 15-16), que também acrescenta e valoriza as dimensões espacial-territorial e cultural; e Viriato SOROMENHO MARQUES, 1998, *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins, Publicações Europa-América, que sublinha a importância das dimensões filosófica e política, por exemplo.

¹⁶ Assumindo-se o desafio e a inovação de a Sustentabilidade ser, simultaneamente, um conceito e um princípio ético, o que rompe com a tradição epistemológica da Modernidade de não confundir conceitos científicos com princípios éticos.

¹⁷ Sobre algumas das interrogações e desafios que se colocam na abordagem da Sustentabilidade das organizações de Economia Social e Solidária, ver, entre outros: José Luís CORAGGIO, 2008, «La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social e solidaria». *Otra Economía*, Volume II, n.º 3, S. Leopoldo, pp. 41-57; Carla FERNANDES (2016); Joana GUEDES (2016); Minelle Enéas SILVA, Ana Carolina COSTA & Carla GÓMEZ, 2011, «Sustentabilidade no terceiro setor: o desafio de harmonizar as dimensões da sustentabilidade em uma ONG», *Reúna*. Belo Horizonte, Jul-Set, Volume 16, no3, pp. 75-92.

¹⁸ Cf., por exemplo Joana GUEDES (2016).

¹⁹ A primeira formulação sistematizada apareceu em Rogério Roque AMARO e Francisco MADELINO, 2004, *Economia Solidária – Contributos para um conceito*. Ponta Delgada, Las Palmas e Funchal (edição bilingue), Projecto CO-RES, brochura, 24 págs.

²⁰ Cf. Rogério Roque AMARO, 2009, «A Economia Solidária da Macaronésia – um novo conceito», *Revista de Economia Solidária*, n.º 1. Ponta Delgada, ACEESA, pp. 11-28.

²¹ CF. AMARO (2011).

²² Note-se que algumas organizações já existem há 20-30 e mais anos. Preferiu-se colocar a questão desta forma simples, em vez de referir o termo «sustentabilidade», para suscitar respostas mais espontâneas e não condicionadas por um entendimento demasiado marcado pelo uso e abuso repetido da expressão e pelo senso comum banalizado

²³ Proposto e construído pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no quadro do Relatório do Desenvolvimento Humano.

²⁴ Que poderão ser as mesmas da lista do cenário anterior (ver adiante) e/ou as que foram inicialmente propostas para o ISSI (cenário 1) – cf. AMARO (2011: 170-171).

²⁵ Trata-se aqui, não da Segurança Económica aplicada à sociedade global, mas da componente económico-financeira da Sustentabilidade de uma organização, ou seja, da sua viabilidade meramente económico-financeira, que assenta na sua capacidade de gerar receitas, em dinheiro ou em trabalho voluntário. Prefere-se contudo utilizar a expressão «Segurança Económica», por coerência com a designação macro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Roque, 2003.

«Desenvolvimento — um conceito ultra-passado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, Janeiro-Junho. Lisboa, CEA — ISCTE, pp. 35-70.

AMARO, Roque e

MADELINO Francisco, 2004.

Economia Solidária — Contributos para um conceito. Ponta Delgada, Las Palmas e Funchal (edição bilingue), Projecto CORES, brochura, 24 págs.

AMARO, Roque, 2009.

«A Economia Solidária da Macaronésia — um novo conceito», *Revista de Economia Solidária*, nº 1. Ponta Delgada, ACEESA, pp. 11-28.

AMARO, Roque, 2011.

«Projecto ECOS — Proposta de um referencial conceptual e metodológico para a construção de um Indicador de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária», *Revista de Economia Solidária*, nº 3. Ponta Delgada, ACEESA, Junho, pp. 156-171.

BLEWITT, John, 2008.

Understanding sustainable development. London, Earthscan.

CORAGGIO, Luís, 2008.

«La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social e solidaria». *Otra Economía*, Volume II, nº3, S. Leopoldo, pp. 41-57.

EGELSTON, Anne, 2013.

Sustainable Development: a History. Heidelberg, New York and London, Springer.

ESTEVA, Gustavo, 1992.

«Development», em Wolfgang SACHS (Ed.) *The development dictionary*. London and New Jersey, Zed Books Ltd., pp. 6-25.

FERNANDES, Carla, 2016.

A Sustentabilidade das Organizações de Economia Social: o Estudo de Caso da Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora. Lisboa, dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE-IUL.

GUEDES, Joana, 2016.

A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito — implicações e articulações teóricas e práticas. Lisboa, tese de Doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE-IUL.

Serge LATOUCHE, 2003.

«L'imposture du développement durable ou les habits neufs du développement», *Mondes en Développement*, Vol.31-2003/1, nº121, pp. 23-30.

MEADOWS, Donella,

MEADOWS, Dennis et al., 1972.

Os Limites do Crescimento. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MEADOWS, Donella, MEADOWS,

Dennis & RANDERS, Jorgen, 2002.

A Synopsis Limits to Growth — the 30-Year Update. Vermont, Chelsea Green Publishing Company.

MURTEIRA, Mário, 1990.

Lições de Economia Política de Desenvolvimento. Lisboa, Editorial Presença.

PEARCE, David

and ATKINSON, Giles, 1998.

«The concept of Sustainable Development: an evaluation of its usefulness ten years after Brundtland», CSERGE Working Paper PA 98-02.

RIST, Gilbert, 2008.

The history of development — from Western origins to global faith, London and New York, Zed Books Ltd..

SACH, Ignacy S, 1980.

Stratégies de l'éco-développement. Paris, Éd. Économie et Humanisme — Éditions ouvrières.

SACHS, Ignacy, 2002.

Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, Ed. Garamond.

SACHS, Ignacy, 2004.

Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, Garamond.

SACHS, Wolfgang, 1990.

«The Political Anatomy of Sustainable Development», *Interculture*, Vol. XXIII, N.4, Fall 1990, Issue 109, pp. 1-37.

SACHS, Wolfgang, 1992.

«Environment», em Wolfgang SACHS (Ed), 1992, *The development dictionary*. London and New Jersey, Zed Books Ltd., pp. 1-5; 26-37.

SACHS, Wolfgang, 1996.

«The Political Anatomy of Sustainable Development», *Interculture*, Vol. XXIX, N.1, Winter 1996, Issue 130, pp. 14-35.

SACHS, Wolfgang, 1999.

Planet dialectics: Explorations in Environment and Development. London, Zed Books Ltd..

SILVA, Minelle Enéas,

COSTA, Ana Carolina

& GÓMEZ, Carla, 2011.

«Sustentabilidade no terceiro setor: o desafio de harmonizar as dimensões da sustentabilidade em uma ONG», *Reúna*. Belo Horizonte, Jul-Set, Volume 16, nº3, pp. 75-92.

MARQUES, Soromenho, 1998.

O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente. Mem Martins, Publicações Europa-América.

UNITED NATIONS, 2002.

Johannesburg Declaration on Sustainable Development — United Nations Conference on Sustainable Development. Johannesburg, South Africa, 26 August — 4 September 2002.

UNITED NATIONS, 2012.

The Future We Want — Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro, Brazil, 20–22 June 2012.

Francke-Dominique VIVIEN, 2008.

«Sustainable Development: an overview of economic proposals», *S.A.P.I.E.N.S* [Online], Vol. 1, N. 2 (2008), Acedido a 07 Junho 2016, <<http://sapiens.revues.org/227>>.

WCED, 1987.

O Nosso Futuro Comum. Lisboa, Meribérica.